

RECENSÕES

Giorgio de Marchis, *E... Quem é o autor desse crime?*, Milano, Edizioni Universitarie di Lettere Economia Diritto, 2009, 344 pp.

O título não é feliz, mas o subtítulo é expressivo: pede a atenção dos poeticistas e requer louvor dos nacionais – *Il romanzo d'appendice in Portogallo dall'Ultimatum alla Repubblica (1890-1910)*. Abre com três quadras de Fernando Assis Pacheco, não bibliografado (p. 7; na p. 9, confundido com A. Ramos Rosa), em que nos interessa a rima 'paraliterário/receituário/parasitário': se isto remete para um geral entendimento sobre o folhetim, já, olhando melhor ao caso português, o ensaísta subverte o lugar-comum.

O proposto "panorama della letteratura appendicistica edita

in Portogallo" durante vinte anos, com antologia de excertos traduzidos (pp. 285-321), assenta em três diários de Lisboa descritos num útil "Appendice" (pp. 323-332): *Diário de Notícias*, *Diário Ilustrado*, *O Século*. Se o primeiro se quis "noticiário geral" desde 29-12-1864, e se tornou muito cedo o terceiro jornal europeu em massa publicitária – inaugurando, entre nós, a comunicação de massas –, certo é que o seu proprietário (ao lado do redactor Eduardo Coelho) era impressor da Casa real e foi nobilitado; o segundo apoiava o Partido Regenerador-Liberal de João Franco; o terceiro, fundado em 4-1-1881 (e não "nel 1880", p. 15), era republicano. Estes dois, contudo, só excepcionalmente ofereciam autores portugueses perdidos na chusma de

franceses (das 293 obras nos três jornais, 156 são de autoria francesa; afora anónimos, só 54 são de portugueses), razão bastante para questionarmos a selecção, em particular, um órgão de facção minoritária; em contrapartida, não há como negar a importância dos três títulos e como as suas escolhas são significativas, ilustrando um sistema paraliterário que se mostrará uniforme.

O primeiro capítulo, “Cultura e società in Portogallo tra Ultimatum e Prima Repubblica”, é bem informado, mesmo se não discute a polémica designação “Prima Repubblica”. De facto, duas décadas “tra anomia e iperidentità” sucederam ao Ultimatum inglês de 11 de Janeiro de 1890 (e não “dell’11 febbraio”, p. 16; outras distrações na p. 12: a radicalização contra João Franco foi no segundo governo, de 1907, e não no de 1906; em 1885, é o VII centenário, não V, da morte de D. Afonso Henriques), quando um “onnipresente e ipertrofico passato” (p. 36) reapareceu (já assim fora no tricentenário camoniano de 1880), também no rés-do-chão das folhas.

Define-se e periodiza-se este espaço editorial no segundo

capítulo, destrinchando previamente “romanzi pubblicati in appendice e romanzi scritti per l’appendice” (pp. 39-40). Com estes, firma-se “un modello narrativo ideale” que suscita, seguindo Arnold Hauser, “Una sovrapposizione tra *roman-feuilleton* e Ottocento perfettamente coincidente”, ambos com início “intorno al 1830” (p. 40); no caso daquele, em Julho de 1836, cujo estudo, desde o vocábulo *folhetim* (9-11-1799) até ao declínio do género com a Primeira Guerra Mundial, representa um excelente balanço de bibliografia francesa, italiana e luso-brasileira (Marlyse Meyer e Ernesto Rodrigues).

Convém precisar que, bem antes da Inglaterra de 1820, tínhamos, em Portugal, “la pratica di sezionare e pubblicare in episodi successivi le opere di autori contemporanei” (p. 46). Desenvolve-se, entretanto, um pensamento-chave: “Il *rez-de-chaussé* [sic] dei giornali diviene, insomma, nel corso del XIX secolo, il rifugio di tutta un’epigonica mitologia romantica, confermando, ancora una volta, il consueto sfasamento tra le nuove sollecitazioni proposte dalle vanguardie

artistiche e la letteratura effettivamente consumate dal grande pubblico” (pp. 47-48). Influências são muitas, envolvendo o iterativo e *continuum* como marcas de género: a *gothic novel*, que multiplica narrativas e intrigas, tempo e acção; a literatura de *colportage*; o melodrama; o *romance* medieval. Mas nada disso seria suficiente sem a alfabetização, vias de comunicação e novos meios de transporte, ou a revolução tipográfica e mecanismos de sedução do destinatário. Neste ponto, faltou dizer como o folhetim se expande em livro-brinde, prática anual do *Diário de Notícias* até 1899. Paulatinamente, o ensaísta associa influências e cura dos traços distintivos, organiza a sua ‘poética da prosa’ folhetinesca — cuja mecânica e ingredientes romanescos especifica, no caso português, a partir da p. 195 —, dividindo-a entre canónica (1836-1857) e imitadora, quando não paródica, do respectivo cânone (1857-1914). Entre nós, porém, esta divisão não funcionaria.

O subcapítulo “Il romance-folhetim in Portogallo” (p. 111-128) retoma, e aprofunda, questões por nós abordadas em *Mágico*

Folhetim. Literatura e Jornalismo em Portugal (1996; em livro, 1998); reitera que o género não conduz inelutavelmente à alienação e conservadorismo ou moderação social. Antecipa, assim, a lição que emerge no capítulo 3, “Analisi dei testi”, onde se alonga exemplarmente sobre o paratexto editorial (anúncios do folhetim, ilustrações, autoria e anonimato, títulos, entretítulos, prefácios, dedicatórias, epígrafes, rodapés): “In ogni caso, vi sono, però, almeno due elementi che rendono il tardo romanzo d’appendice portoghese original all’interno del panorama europeo; in primo luogo, il fatto che [...] in Portogallo la narrativa d’argomento storico continui a godere di una notevole vitalità, [...]. In secondo luogo, è a mio avviso degno di nota l’uso ‘politico’ che i repubblicani prima, e i monarchici poi, fecero del romance-folhetim, all’interno di una più vasta campagna propagandistica tesa a screditare o difendere la Corona portoghese e il sistema rotativista che la sosteneva.” (p. 126) Concluirá, e bem, tratar-se de uma “missione civica”, quando se aproveita o aventuroso ou sentimental dos

romances populares para inocular exemplos pátrios, no meio de uma Europa e sua literatura “ormai anacronistica perchè meramente ricreativa” (p. 270). ERNESTO RODRIGUES

Raul Brandão, *Humus*, romance, traduzione e cura di Marcello Sacco, Nardò (Lecce), BESA Editrice, s.d. [2009], pp. 230.

Depois de algumas traduções de indiscutível significado no âmbito das relações culturais entre a Itália e Portugal – citem-se *Le passeggiate del sognatore solitario* e *Il Conquistatore*, de Almeida Faria, *Fanny Owen*, de Agustina Bessa Luís, ou *Mostri*, de José Gil, para além do volume *L'anima navigante. Racconti dal Portogallo* que organizou com Gianluca Miraglia –, Marcello Sacco propôs agora o importante texto de Raul Brandão, *Húmus*, com a particularidade de todos estes títulos terem encontrado acolhimento na mesma editora, a qual, deste modo, resolveu apostar na divulgação de autores de língua portuguesa.

E com razão o curador acrescentou ao título a indicação de género (romance), aspecto que

se revela pertinente se se considera que, a esse respeito, mesmo a crítica portuguesa nunca se exprimiu de forma unânime. Já o disse Victor Viçoso num seu estudo exemplar: a obra participaria da esfera da poesia para João Gaspar Simões; seria uma precursora do “nouveau-roman” para David Mourão Ferreira; impossível de arrumar em qualquer género literário definido para José Régio; um “anti-romance” para Jacinto do Prado Coelho e João Pedro de Andrade; e romance-ensaio (romance-problema) para Vergílio Ferreira (cf. *Húmus*, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 22). De resto, Marcello Sacco faz-se eco desta indecisão classificativa, logo no exórdio da “postfazione”, ao resumir as hipóteses de arrumação do texto e tentando uma síntese que, não se ajustando propriamente a um género específico, pudesse traduzir, em grandes linhas, a atmosfera do discurso: “Antiromanzo, romanzo-problema, romanzo saggistico, lirico, caotico, torrenziale, diario intimo, ossessivo, angoscioso... *Humus* si può veramente considerare il “libro dell'inquietudine” di Raul Brandão” (p. 227).

Obra singular da literatura portuguesa, pelo seu carácter híbrido e pela sua estrutura de romance-diário, regista um universo fragmentário em que as personagens remetem para máscaras-sombras que tendem para o grotesco (por exemplo, *Restituta*, *Lambisgóia*, *D. Fúfia*, *D. Biblioteca*, etc.) e para certo hermetismo onírico, apresentando como espaço uma ambígua “Vila” (título do primeiro capítulo) que adquire o valor de símbolo e centro de negatividade (de morte) que acentua o pessimismo nihilista do Autor. É uma obra que conheceu três edições, em sua vida: a 1.ª de 1917, a 2.ª de 1921 e a 3.ª de 1926, a última revista, com a eliminação, já em 1921, de dois capítulos que desapareceram das edições sucessivas. Marcello Sacco segue aqui a edição de 1926, utilizando a edição crítica de Maria João Reynaud (Porto, 2000), decidindo, porém, incluir, como apêndice, os dois capítulos expurgados, por lhe parecerem “pagine così potentemente suggestive, in particolare ‘Arrivano gli sventurati’, posto a chiusura dell’edizione del ’17” (“nota sulla traduzione”, p. 10). Se se trata de uma operação discutível do

ponto de vista filológico, parece-me, no entanto, aceitável no plano das ideias do Autor, sobretudo com a inclusão do último capítulo, sem a qual a obra pareceria truncada até porque é talvez esse capítulo que redime a dimensão decadentista para um discurso mais próximo dos ventos da História: “La plebe [...] si è già messa in marcia dai confini dell’Universo, masse che l’Umanità si era ormai disabituata a vedere dai tempi delle prime crociate” (p. 211). E não deve esquecer-se que a eliminação dos dois capítulos, decidida pelo Autor, pode talvez ser devida, como, de resto, sugere Marcello Sacco, a factos históricos que terão condicionado o plano editorial da obra, depois da 1.ª ed. de 1917, período caracterizado por grande agitação política e social, por divisões entre os portugueses que conduzirão à “noite sangrenta” de 1921, ano da 2.ª edição, e ao golpe de Estado de 1926, ano da última edição revista.

Sobre a tradução, ocorre dizer que Marcello Sacco produziu um trabalho de apreciável qualidade, sem cair na tentação, em nome da legibilidade da língua

de chegada (língua alvo), de banalizar ou simplificar a complexa especificidade da escrita de Raul Brandão. O lexema “Vila”, frequente ao longo do texto, em dois títulos de capítulos e que assume a função de símbolo, não é certamente de fácil tradução, por não existir, na ordem administrativa, um correspondente exacto na língua italiana.

A escolha de “Paese”, embora introduzindo uma certa ambiguidade na interpretação do original, de resto também ele ambíguo por alguma indefinição espacial, parece-me acertada, não obstante a introdução de maior amplitude de significado, que em Brandão parece confinar-se a uma conotação rural. MANUEL G. SIMÕES